

Quem deve arcar com os custos da crise?

Nos últimos meses, à medida que foi se tornando mais evidente que a crise empobreceu a todos, especialmente na Europa, os agentes econômicos começaram a adotar a inteligente estratégia de tentar colocar o ônus de suas irreparáveis perdas sobre os ombros de seus conterrâneos: os trabalhadores não querem ter seus salários reduzidos, os maus empresários se negam a liquidar suas empresas insolventes, os investidores não aceitam perder o capital que empregaram de forma economicamente insustentável, os recebedores de subsídios e de auxílios estatais se opõem a tê-los cortados etc. Em suma, ninguém quer ver sua qualidade de vida ser solapada, e todos optam por transferir os custos da crise para o resto de seus concidadãos.

Com o intuito de justificar este comportamento egoísta, muitas pessoas estão recorrendo a um argumento aparentemente plausível: "Eu não sou o culpado pela crise. Portanto, não tenho por que pagar por ela." Ou, dito de outro modo, aqueles que são os reais culpados pela crise é que deveriam arcar com a totalidade — ou, ao menos, com a maior parte — de seus custos. Quem poderia se opor a este argumento? Será que pode haver alguém tão desalmado ao ponto de defender que os culpados pela crise não têm de pagar nada por ela?

E, como é óbvio, a partir deste ponto surgem as mais variadas explicações sobre *quem* são os culpados (que fique claro que não estamos falando de uma culpabilidade penal, mas sim de uma meramente econômica). Cada um, segundo sua cartilha e sua agenda ideológica, tenta puxar a brasa para a sua sardinha com o intuito de defender uma determinada linha de atuação política. Por exemplo, é comum ouvir que a crise foi causada pelos ricos e não pelos pobres; pelos capitalistas, e não pelos trabalhadores; pelos banqueiros, e não pelos devedores; pelos maus políticos, e não pelos bons; pela dívida privada, e não pela pública; pelo gasto privado, e não pelo público; ou pelas políticas 'neoliberais', e não pelas socialistas. Assim, chega-se à inevitável conclusão de que nem os pobres, nem os trabalhadores, nem os devedores, nem os 'bons' políticos e nem o setor público devem sofrer questionamento algum, e que a fatura deve ser paga unicamente pelos responsáveis pelo desastre — a saber, os ricos, os capitalistas, os banqueiros, os maus políticos e as empresas.

Mas, afinal, seriam estes realmente os culpados? Seria possível, dentre todos os que contribuíram para causar a crise, fazer uma separação clara entre os genuinamente inocentes e os que merecem receber objetivamente uma reprovação moral?

Por exemplo: o empresário da construção civil que se endividou para construir mais moradias porque pensava que os preços ainda subiriam por um bom tempo, ou o gerente de banco que jamais previu o estouro da bolha e decidiu continuar ofertando hipotecas baratas — eles são culpados? Se sim, seriam também culpados os trabalhadores mais pobres que, levados pela crença de que os juros permaneceriam baixos e que jamais perderiam seu emprego, se endividaram sobremaneira tomando empréstimos para a aquisição de imóveis? Seria também culpado aquele aposentado que avalizou a hipoteca do seu neto ou que manteve seu dinheiro depositado em um sistema bancário que, como o espanhol e o americano, estava realizando

empréstimos ruins de maneira generalizada? Seria também culpado o autônomo não endividado cujos lucros dependiam da renda artificial gerada pelo processo de endividamento geral e que, com a recessão, descobriu-se sem um mercado consumidor para o qual vender seus bens e serviços?

Uma resposta muito comum afirma que, embora todos estes tenham contribuído para causar a crise, não se pode reprovar moralmente a todos da mesma maneira. Afinal, do empresário e do gerente de banco são exigidos determinados conhecimentos específicos e uma determinada formação acadêmica que não necessariamente devem ser exigidos nem do trabalhador mais pobre, nem do aposentado e nem do autônomo. No entanto, faz realmente algum sentido exigir de um empresário ou de um gerente de banco alguns conhecimentos muito avançados sobre questões de macroeconomia e de conjuntura econômica em torno das quais nem sequer existe consenso entre os melhores economistas do planeta, e cujo conteúdo está em constante evolução? Ambos são homens práticos certamente afastados do mundo acadêmico, sem conhecimentos teóricos profundos. Ou, fazendo-se uma abordagem por outro prisma, não seria mais justo e coerente partir do outro extremo e argumentar que *todos* os cidadãos deveriam ter algumas noções mínimas de finanças, as quais lhes permitiriam não cair na tentação do endividamento barato ou dos investimentos insensatos?

A questão não é dizer que não podemos ter uma opinião formada e justificada sobre quem deve ser culpado pela irrupção desta ou de qualquer outra crise (eu tenho a minha: os culpados são os bancos centrais monopolistas e suas expansões monetárias, que aditivam a expansão do crédito bancário). A questão é que não é possível separar com objetividade quem, de um lado, contribuiu de alguma maneira para causar a crise e quem, de outro, teve um comportamento moralmente reprovável.

A virtude de um mercado desimpedido livre de interferências políticas é que ele faz com que a maior parte dos prejuízos provocados por uma crise recaiam justamente sobre aqueles que mais contribuíram para gerá-la, independentemente de qualquer crença quanto à necessidade de uma reprovação moral por sua atuação. Os bancos de reservas fracionárias que inflam bolhas vão à falência e *não são socorridos*, de modo que seus acionistas, credores e trabalhadores perdem todo ou grande parte do capital (mal) investido; aqueles que se *hipotecam demasiadamente* perdem seu imóvel; os trabalhadores que se especializam em atividades *especificamente criadas pela bolha* veem cair seu valor de mercado assim que a bolha estoura; os empresários que investiram excessivamente em setores dependentes da contínua expansão do crédito vão à falência e perdem todo o seu capital. Etc.

Aqueles que realmente querem que apenas os causadores da crise paguem por ela têm, necessariamente, de defender um mercado livre e desregulamentado, pois somente este arranjo faz com que os prejuízos recaiam exclusivamente sobre aqueles que investiram de maneira insensata e sobre aqueles que participaram lucrativamente deste arranjo artificial. Adicionalmente, somente um mercado genuinamente livre de interferências políticas faz com que preços e custos se ajustem prontamente à nova realidade, sem que o estado se ocupe de socorrer os falidos e de manipular as regras do jogo.

No entanto, justamente quando se diz que nem todos que contribuíram para a crise devem pagar por ela, mas sim apenas aqueles a quem cabe uma reprovação moral ("os culpados"), é

que se abre uma porta para que políticos intervenham e redistribuam a renda dos cidadãos de acordo com critérios arbitrários e segundo os desejos de grupos de interesse que levaram estes políticos ao poder. Quando se aceita esta prerrogativa, pavimenta-se o caminho para que demagogos se aproveitem da situação e elaborem suas narrativas pessoais (e autoindulgentes, é claro) sobre a crise com o objetivo de transpor os custos sobre aqueles de quem mais têm raiva — sem que estes sequer tenham contribuído minimamente para a geração da crise (por exemplo, quando propõem elevar os impostos sobre empresas e trabalhadores que investiram sensatamente sua poupança e, como consequência, viram crescer ininterruptamente seus lucros antes e depois da crise).

Não obstante, a realidade é que esta tentação populista é incapaz de alcançar seus objetivos, pois, na maioria dos casos, é impossível fazer com que apenas os culpados paguem pela destruição gerada pela crise. Peguemos um exemplo extremo de uma culpabilidade indiscutível: um roubo. Imagine que um ladrão, sem propriedades e sem herdeiros, rouba a carteira de um cidadão, queima as cédulas de dinheiro que estavam dentro dela e, logo em seguida, se suicida. Seria possível ele ressarcir sua vítima? Não. Neste caso, não restaria à vítima nenhuma outra opção senão arcar com o prejuízo, embora ela não tenha tido absolutamente nenhuma culpa na situação.

Raciocínio similar pode ser feito em relação aos banqueiros que fizeram investimentos insensatos, às pessoas que não possuíam conhecimentos financeiros e que contraíram excessivas dívidas hipotecárias, ou aos trabalhadores que estavam empregados naqueles setores cuja existência dependia da continuidade da expansão do crédito barato. Talvez não possamos classificá-los como culpados (embora tal proposição seja discutível), mas seria ilusório crer que poderiam sair ilesos: os investimentos insensatos simplesmente se evaporaram e os bancos não têm como renová-los ou substituí-los (por isso muitos estão quebrados); a dívida hipotecária não irá desaparecer simplesmente porque alguns consideram injusto o devedor ter de pagá-la (e, se as dívidas não forem quitadas, quem irá sofrer serão as pessoas desavisadas que colocaram seu dinheiro no banco); e os desempregados provavelmente não encontrarão emprego a menos que rebaixem suas expectativas salariais ou gastem dinheiro do próprio bolso para aprender alguma especialização técnica demandada por empresários.

Quando se diz que nenhuma destas pessoas *inocentes* deveria pagar pelos custos da crise, imediatamente se está sugerindo que são os políticos que devem decidir quem são os *culpados*. E se aqueles que forem subjetivamente declarados culpados não puderem reparar os danos causados, então simplesmente será proposto algum tipo de redistribuição de renda à custa dos pagadores de impostos: um pacote de socorro para pequenos investidores, um perdão da dívida para os hipotecados ou um conjunto de empregos públicos para os desempregados. Idealmente, e para tornar mais digerível tal política, os pagadores de impostos penalizados pertencerão à mesma categoria ou classe social dos *culpados*: assim se chega à conclusão de que se alguns empresários (ou alguns ricos, ou alguns banqueiros) são culpados, então *todos* os empresários terão de arcar com os custos — por terem tido algo a ver com a geração da crise — e, conseqüentemente, terão de pagar mais impostos.

No final, portanto, partindo-se da premissa de que somente os culpados deveriam pagar pela crise, chegamos ao resultado final de que pessoas que não tiveram a mais remota ligação com

a crise terão de pagar boa parte da conta, sem que tal punição em absolutamente nada contribua para a resolução da mesma. Afinal, por mais que alguns queiram ocultar, uma crise não é a materialização econômica do Juízo Final, mas sim um período durante o qual toda a estrutura de produção da economia, a qual foi *desajustada* por seguidos erros de investimentos causados pela expansão artificial do crédito, tem de se reajustar a níveis sustentáveis e racionais para voltar a gerar riqueza.

Durante este processo de reestruturação, é inevitável que o mercado atribua prejuízos àqueles indivíduos que tomaram decisões ruins durante os anos da expansão econômica artificial. O errado seria justamente querer alterar caprichosamente estas atribuições de prejuízos e passar a redistribuí-las segundo caprichos e desejos subjetivos — seja socorrendo bancos falidos ou incorrendo em maciças obras públicas para dar emprego aos desempregados. Neste caso, muito provavelmente serão penalizados os justos e absolvidos os transgressores, o que fará apenas com que a superação da crise seja postergada.

Muito além de meros ilícitos penais, a interação social não manipulada pelo estado é quem deve determinar quem deve absorver os prejuízos da crise. Não se deve dar ao governo instrumentos para impor nossas tendenciosas e subjetivas percepções de culpabilidade sobre terceiros. Tal pretensão seria simplesmente um subterfúgio para se planejar de maneira centralizada a (não-)recuperação da economia: um propósito que, como todas as formas de socialismo, não apenas está destinado a fracassar sempre, como também a degenerar em fortes e perigosas inquietações sociais, dado que algumas pessoas irão jogar seus prejuízos sobre todas as demais.